

ÁGUAS DO ALGARVE, SA

**SISTEMA MULTIMUNICIPAL DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA E DE
SANEAMENTO DO ALGARVE**

**AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS PARA A “COORDENAÇÃO E REVISÃO DE
PROJETOS DE EXECUÇÃO PREVISTOS NO PLANO DE RECUPERAÇÃO
E RESILIÊNCIA DA ÁGUAS DO ALGARVE SA - FASE I”**

(REF.^a DGA-EO.CP-AS-02/2023)

CADERNO ENCARGOS

CONCURSO PÚBLICO

Março de 2023

ÁGUAS DO ALGARVE, SA

**AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS PARA A “COORDENAÇÃO E REVISÃO DE
PROJETOS DE EXECUÇÃO PREVISTOS NO PLANO DE RECUPERAÇÃO
E RESILIÊNCIA DA ÁGUAS DO ALGARVE SA – FASE I”**

CONCURSO PÚBLICO

CADERNO DE ENCARGOS

ÍNDICE

1	OBJETO DO CONCURSO	4
2	ELEMENTOS DO CONTRATO	5
3	DISPOSIÇÕES POR QUE SE REGE A AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS	5
4	DISPOSIÇÕES GERAIS.....	7
5	ENTIDADES INTERVENIENTES	7
6	SERVIÇOS COMPREENDIDOS NA AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS	8
7	PRAZO DA PRESTAÇÃO DO SERVIÇO	9
8	OBRIGAÇÕES DO COCONTRATANTE	11
9	DOCUMENTAÇÃO A PRODUZIR.....	16
10	ORGANIZAÇÃO E MEIOS DO COCONTRATANTE	17
11	HABILITAÇÕES DA EQUIPA DE REVISÃO	19
12	TRANSFERÊNCIA DE PROPRIEDADE.....	19
13	DIREITOS DE PROPRIEDADE INTELECTUAL.....	19
14	CONFORMIDADE E GARANTIA TÉCNICA	19
15	DEVER DE SIGILO.....	20
16	TRATAMENTO DE DADOS PESSOAIS.....	20
17	CONSERVAÇÃO DE DADOS PESSOAIS.....	22
18	TRANSFERÊNCIA DE DADOS PESSOAIS	22
19	DEVER DE COOPERAÇÃO	23
20	PREÇO CONTRATUAL E PREÇO BASE	23
21	CONDIÇÕES DE PAGAMENTO	24

22	REVISÃO DE PREÇOS	25
23	ACOMPANHAMENTO E FISCALIZAÇÃO DO MODO DE EXECUÇÃO DO CONTRATO	25
24	MODIFICAÇÃO OBJETIVA DO CONTRATO	26
25	CESSÃO DA POSIÇÃO CONTRATUAL E SUBCONTRATAÇÃO DO COCONTRATANTE	26
26	SANÇÕES CONTRATUAIS, INCUMPRIMENTO DO CONTRATO E SUA RESOLUÇÃO	27
27	CAUÇÃO	30
28	SEGUROS	31
29	DISPOSIÇÕES FINAIS	31

ANEXOS

ANEXO I	PROJETO DE EXECUÇÃO.....	35
----------------	---------------------------------	-----------

ÁGUAS DO ALGARVE, SA

AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS PARA A “COORDENAÇÃO E REVISÃO DE PROJETOS DE EXECUÇÃO PREVISTOS NO PLANO DE RECUPERAÇÃO E RESILIÊNCIA DA ÁGUAS DO ALGARVE SA – FASE I”

CONCURSO PÚBLICO

CADERNO DE ENCARGOS - CLAUSULAS GERAIS

I OBJETO DO CONCURSO

- I.1** O presente caderno de encargos compreende as cláusulas a incluir no contrato que tem por objeto aquisição de serviços de “Coordenação e Revisão de Projetos de Execução Previstos no Plano de Recuperação e Resiliência da Águas do Algarve SA – Fase I”, em conformidade com todos os elementos referidos nas Cláusulas Técnicas do presente Caderno de Encargos e seus anexos.
- I.2** O objeto do procedimento é composto pelos seguintes lotes:
- a) Lote 1: Revisão do Projeto de Execução do Reforço do Abastecimento de Água no Algarve – Solução de Tomada de Água no Pomarão;
 - b) Lote 2: Revisão do Projeto de Execução da Otimização de escoamento entre o Reservatório Inicial - Ocidental e o Reservatório Final;
 - c) Lote 3: Revisão dos Projetos de Execução de Infraestruturas de Elevação e Adução Água para Reutilização (ApR) – ETAR de Vilamoura, ETAR de Albufeira Poente e ETAR da Quinta do Lago.
- I.3** O Cocontratante tem cabal conhecimento do objeto da presente Aquisição de Serviços, não podendo, como tal e em situação alguma, invocar desconhecimento sobre o mesmo, para atenuar ou se eximir da responsabilidade que tem na perfeita execução da prestação.

2 ELEMENTOS DO CONTRATO

2.1 O contrato integra os seguintes elementos:

- a) Os suprimentos dos erros e das omissões do caderno de encargos identificados pelo(s) concorrente(s) e expressamente aceites pelo órgão competente para a decisão de contratar, nos termos do disposto no artigo 50.º do Código dos Contratos Públicos;
- b) Os esclarecimentos e as retificações relativos ao caderno de encargos;
- c) O presente caderno de encargos e os seus anexos;
- d) A proposta adjudicada;
- e) Os esclarecimentos sobre a proposta prestados pelo adjudicatário.

2.2 Sem prejuízo do disposto no número seguinte, em caso de divergência entre os vários documentos que integram o contrato, a prevalência é determinada pela ordem por que vêm enunciados na cláusula 2.1.

2.3 Os ajustamentos propostos pela entidade adjudicante nos termos previstos no artigo 99.º do Código dos Contratos Públicos e aceites pelo adjudicatário nos termos previstos no artigo 101.º do mesmo diploma legal prevalecem sobre todos os documentos previstos na cláusula 2.1.

3 DISPOSIÇÕES POR QUE SE REGE A AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS

3.1 Na execução do contrato da aquisição de serviços a que se refere o presente Caderno de Encargos observar-se-ão:

- a) O Código dos Contratos Públicos, aprovado em anexo ao Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, alterado pela Lei n.º 59/2008, de 11 de setembro, pelo Decreto -Lei n.º 223/2009, de 11 de setembro, pelo Decreto-Lei n.º 278/2009, de 2 de outubro, pela Lei n.º 3/2010, de 27 de abril, pelo Decreto-Lei n.º 131/2010, de 14 de dezembro, pela Lei n.º 64 -B/2011, de 30 de dezembro, pelo Decreto-Lei n.º 149/2012, de 12 de julho, pelo Decreto-Lei n.º 214-G/2015, de 2 de outubro e Decreto-Lei n.º 111-B/2017, de 31 de agosto, pela Lei n.º 30/2021, de 21 de maio, pela Declaração de Retificação n.º 25/2021, de 21 de julho e pelo Decreto-Lei n.º 78/2022, de 7 de novembro, doravante designados conjuntamente CCP;
- b) A Lei n.º 31/2009, de 3 de julho, alterada (e republicada) pela Lei n.º 40/2015,

de 1 de junho, e alterada pela Lei n.º 25/2018, de 14 de junho (Qualificação profissional exigível aos técnicos responsáveis pela elaboração e subscrição de projetos, pela fiscalização de obra e pela direção de obra, que não esteja sujeita a legislação especial, e os deveres que lhes são aplicáveis);

- c) A Portaria n.º 701-H/2008, de 29 de julho (Categoria da Obra, Conteúdo do projeto de execução, bem como os procedimentos e normas a adotar na elaboração e faseamento de projetos de obras públicas);
- d) O Decreto-Lei n.º 273/2003, de 29 de outubro, e respetiva legislação complementar;
- e) Ao Regime Geral da Gestão de Resíduos, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 102-D/2020, de 10 de dezembro;
- f) A Portaria n.º 266/2019, de 26 de agosto que aprova a informação e a sinalética a utilizar pelos produtores e utilizadores de água para reutilização;
- g) Outros diplomas legais, normas, códigos e regulamentos em vigor, quer sejam de carácter técnico, fiscal ou laboral, nacionais ou comunitários, aplicáveis à presente aquisição de serviços;
- h) O estipulado no contrato e em todos os documentos que dele fazem parte integrante, ou quaisquer aditamentos que venham a ser estabelecidos.

3.2 A recomendação da Associação Portuguesa de Projetistas e Consultores, designadamente, a verificação da qualidade na fase em que o Projeto de Execução já está concluída, deve evitar pôr em causa de forma radical a conceção global do projeto. Assim, a menos que ocorra uma solução inviável, não se deve ir além de avaliar se a solução proposta é a mais adequada face aos condicionamentos conhecidos pelo que, em vez de questionar a conceção geral se propõe, apenas uma reflexão sobre ela.

3.3 O contrato a celebrar integra ainda os documentos entregues pelo adjudicatário em fase de habilitação, exigidos pelo artigo 81.º do Código dos Contratos Públicos, e os documentos comprovativos das qualificações profissionais dos técnicos intervenientes na elaboração dos projetos exigidos pelos artigos 21.º e 23.º da Lei n.º 31/2009 de 3 de julho, na sua última redação.

3.4 Consideram-se excluídos do contrato os termos ou condições patentes na proposta adjudicada que se reportem a aspetos da execução do contrato não previstos pelo presente caderno de encargos.

4 DISPOSIÇÕES GERAIS

4.1 DEFINIÇÕES

Para efeitos do presente Caderno de Encargos considera-se as seguintes definições:

- a) “Estudo” significa o resultado dos trabalhos ou parte deles realizados pelo Cocontratante, objeto da presente Aquisição de Serviços;
- b) “Obra” significa o objeto do Projeto nos termos deste Caderno de Encargos;
- c) “Procura” significa o conjunto de atividades, a cargo do Empreiteiro, em resultado das quais se fixam, em definitivo, após aprovação do Dono de Obra, as origens e as características do “Equipamento” e o seu fornecimento até à fase de “Pronto para Utilização”, inclusive;
- d) “Técnico” significa a pessoa singular cujas qualificações a habilitam a desempenhar funções de elaboração, subscrição e coordenação de projetos, nos termos da Lei n.º 31/2009, de 3 de julho, na redação em vigor, com inscrição válida em associação pública profissional, quando obrigatória.

5 ENTIDADES INTERVENIENTES

5.1 Além do Contraente Público e do Cocontratante, são entidades intervenientes na execução do Contrato, as seguintes:

- o(s) Autores de Projeto, se distintos do Cocontratante;
- outros intervenientes que o Contraente Público entenda fazer participar.

5.2 Outras entidades com jurisdição nos diversos aspetos relacionados com o Projeto, nomeadamente:

- AdP SGPS / AdP Serviços, S.A.;
- Agência Portuguesa do Ambiente - APA;
- Autoridade para as Condições do Trabalho - ACT;
- Autoridade Florestal Nacional - AFN;
- Câmaras Municipais de Alcoutim, Loulé, Albufeira, Lagoa, Portimão e Lagos;
- Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional - CCDR;
- Comissão Regional da Reserva Agrícola - CRR;
- Direção-Geral do Património Cultural;

- Entidades gestoras de saneamento básico da zona abrangida pelas infraestruturas objeto do projeto;
- Entidades do MdN (Ministério da Defesa Nacional);
- Entidades do MAI (Ministério da Administração Interna);
- Infraestruturas de Portugal - IP;
- GDP – Gás de Portugal;
- Secretaria-Geral do Ministério do Trabalho e da Solidariedade Social - SGMTSS;
- Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas - ICNF;
- Portugal Telecom - PT;
- REN - Redes Energéticas Nacionais, SGPS, S.A.;
- E-Redes;
-

6 SERVIÇOS COMPREENDIDOS NA AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS

6.1 A presente aquisição de serviços compreende os seguintes lotes:

- a) **LOTE 1: REVISÃO DO PROJETO DE EXECUÇÃO DO REFORÇO DO ABASTECIMENTO DE ÁGUA NO ALGARVE – SOLUÇÃO DE TOMADA DE ÁGUA NO POMARÃO;**
- b) **LOTE 2: REVISÃO DO PROJETO DE EXECUÇÃO DA OTIMIZAÇÃO DE ESCOAMENTO ENTRE O RESERVATÓRIO INICIAL - OCIDENTAL E O RESERVATÓRIO FINAL;**
- c) **LOTE 3: REVISÕES DOS PROJETOS DE EXECUÇÃO DE INFRAESTRUTURAS DE ELEVÇÃO E ADUÇÃO APR – ETAR DE VILAMOURA, ETAR DE ALBUFEIRA POENTE E ETAR DA QUINTA DO LAGO.**

6.2 Para cada lote, os serviços objeto do contrato compreendem a realização dos seguintes estudos/ projetos:

- a) **Lote 1: Revisão do Projeto de Execução do Reforço do Abastecimento de Água no Algarve – Solução de Tomada de Água no Pomarão** - elaboração da Revisão do Projeto de Execução, em conformidade com a legislação em vigor e as recomendações da Associação Portuguesa de Projetistas e Consultores na verificação da qualidade do projeto de execução.
- b) **Lote 2: Revisão do Projeto de Execução da Otimização de escoamento**

entre o Reservatório Inicial - Ocidental e o Reservatório Final - elaboração da Revisão do Projeto de Execução, em conformidade com a legislação em vigor e as recomendações da Associação Portuguesa de Projetistas e Consultores na verificação da qualidade do projeto de execução.

- c) **Lote 3: Revisões dos Projetos de Execução de Infraestruturas de Elevação e Adução ApR – ETAR de Vilamoura, ETAR de Albufeira Poente e ETAR da Quinta do Lago** - elaboração da Revisão do Projeto de Execução, em conformidade com a legislação em vigor e as recomendações da Associação Portuguesa de Projetistas e Consultores na verificação da qualidade do projeto de execução.

7 PRAZO DA PRESTAÇÃO DO SERVIÇO

7.1 LOTE 1: REVISÃO DO PROJETO DE EXECUÇÃO DO REFORÇO DO ABASTECIMENTO DE ÁGUA NO ALGARVE – SOLUÇÃO DE TOMADA DE ÁGUA NO POMARÃO

7.1.1 O Cocontratante obriga-se a concluir a execução da Revisão do Projeto de Execução, em estrito cumprimento de todas as obrigações do presente Caderno de Encargos, no prazo de **40 (quarenta) dias**, a contar da data da entrega da Versão Provisória do Projeto de Execução, sendo possível a celebração do contrato em data anterior a esse momento.

7.1.2 Além do prazo de execução da Revisão do Projeto de Execução, fixado na cláusula anterior, consideram-se como vinculativos os seguintes prazos parciais, após a entrega da Versão Provisória do Projeto de Execução previsto a ser alvo de revisão e se outras condições não estiverem fixadas no presente caderno de encargos, os estudos devem ser elaborados, a executar no prazo máximo de 40 (quarenta) dias e compreenderão as seguintes fases:

- a) Revisão da Versão Provisória do Projeto de Execução: 20 (vinte) dias;
- b) Revisão da Versão Definitiva do Projeto de Execução: 20 (vinte) dias.

7.1.3 O início dos trabalhos está dependente da apresentação da Apólice de Seguros válida, nos termos do presente Caderno de Encargos.

7.1.4 Para efeitos de contabilização da data de início dos trabalhos da revisão da Versão Definitiva do Projeto de Execução, considera-se a data de entrega da Versão Definitiva do Projeto de Execução ao Cocontratante.

7.2 LOTE 2: REVISÃO DO PROJETO DE EXECUÇÃO DA OTIMIZAÇÃO DE ESCOAMENTO ENTRE O RESERVATÓRIO INICIAL - OCIDENTAL E O RESERVATÓRIO FINAL

7.2.1 O Cocontratante obriga-se a concluir a execução da Revisão do Projeto de Execução, em estrito cumprimento de todas as obrigações do presente Caderno de Encargos, no prazo de **30 (trinta) dias**, a contar da data da entrega da Versão Provisória do Projeto de Execução, sendo possível a celebração do contrato em data anterior a esse momento.

7.2.2 Além do prazo de execução da Revisão do Projeto de Execução, fixado na cláusula anterior, consideram-se como vinculativos os seguintes prazos parciais, após a entrega da Versão Provisória do Projeto de Execução previsto a ser alvo de revisão e se outras condições não estiverem fixadas no presente caderno de encargos, os estudos devem ser elaborados, a executar no prazo máximo de 30 (trinta) dias e compreenderão as seguintes fases:

a) Revisão da Versão Provisória do Projeto de Execução: 15 (quinze) dias;

b) Revisão da Versão Definitiva do Projeto de Execução: 15 (quinze) dias.

7.2.3 O início dos trabalhos está dependente da apresentação da Apólice de Seguros válida, nos termos do presente Caderno de Encargos.

7.2.4 Para efeitos de contabilização da data de início dos trabalhos da revisão da Versão Definitiva do Projeto de Execução, considera-se a data de entrega da Versão Definitiva do Projeto de Execução ao Cocontratante.

7.3 LOTE 3: REVISÕES DOS PROJETOS DE EXECUÇÃO DE INFRAESTRUTURAS DE ELEVÇÃO E ADUÇÃO APR – ETAR DE VILAMOURA, ETAR DE ALBUFEIRA POENTE E ETAR DA QUINTA DO LAGO

7.3.1 O Cocontratante obriga-se a concluir a execução da Revisão do Projeto de Execução, em estrito cumprimento de todas as obrigações do presente Caderno de Encargos, no prazo de **30 (trinta) dias**, a contar da data da entrega da Versão Provisória do Projeto de Execução, sendo possível a celebração do contrato em data anterior a esse momento, para cada um dos Projetos de Execução nas três ETAR's (Vilamoura, Albufeira Poente e Quinta do Lago).

7.3.2 Além do prazo de execução da Revisão do Projeto de Execução, fixado na cláusula anterior, consideram-se como vinculativos os seguintes prazos parciais, após a entrega da Versão Provisória do Projeto de Execução previsto a ser alvo de revisão e se outras

condições não estiverem fixadas no presente caderno de encargos, os estudos devem ser elaborados, a executar no prazo máximo de 30 (trinta) dias e compreenderão as seguintes fases:

- a) Revisão da Versão Provisória do Projeto de Execução: 15 (quinze) dias;
- b) Revisão da Versão Definitiva do Projeto de Execução: 15 (quinze) dias.

7.3.3 O início dos trabalhos está dependente da apresentação da Apólice de Seguros válida, nos termos do presente Caderno de Encargos.

7.3.4 Para efeitos de contabilização da data de início dos trabalhos da revisão da Versão Definitiva do Projeto de Execução, considera-se a data de entrega da Versão Definitiva do Projeto de Execução ao Cocontratante, para cada um dos Projetos de Execução nas três ETAR's (Vilamoura, Albufeira Poente e Quinta do Lago).

7.4 A contagem de tempo não sofrerá interrupção durante as diligências que o Contraente Público realize para tentar ter acesso a estudos ou projetos que tenham sido solicitados pelo Cocontratante.

7.5 Desde que não resulte no incumprimento do prazo previsto nas cláusulas 7.1.1., 7.2.1 e , 7.3.1 os prazos previstos nas cláusula 7.1.1, 7.2.2 e 7.3.2, podem ser prorrogados pelo Contraente Público a requerimento do Cocontratante devidamente fundamentado, apresentando discriminadamente os motivos que justifiquem o pedido formulado.

7.6 Sempre que seja indispensável introduzir alterações, durante a realização do Projeto, por razões não imputáveis ao Cocontratante, as datas previstas para a ultimate das partes subsequentes àquela em que a alteração foi introduzida serão prorrogadas, se necessário, período equivalente ao concedido ao Cocontratante para executar as alterações determinadas.

7.7 A prorrogação dos prazos nos termos da cláusula determina, por período equivalente, a prorrogação do prazo da prestação de serviços previsto nas cláusulas 7.1.1., 7.2.1 e 7.3.1.

8 OBRIGAÇÕES DO COCONTRATANTE

8.1 Ao Cocontratante incumbe a Revisão e Verificação de cada Projeto identificado no presente Caderno de Encargos, de acordo com o disposto na Portaria n.º 701-H/2008, de 29 de julho, obedecendo ao âmbito previsto nos seguintes lotes:

- a) Lote I: Revisão do Projeto de Execução do Reforço do Abastecimento de Água no Algarve – Solução de Tomada de Água no Pomarão;

b) Lote 2: Revisão do Projeto de Execução da Otimização de escoamento entre o Reservatório Inicial - Ocidental e o Reservatório Final;

c) Lote 3: Revisão do Projeto de Execução de Infraestruturas de Elevação e Adução ApR – ETAR de Vilamoura; Revisão do Projeto de Execução de Infraestruturas de Elevação e Adução ApR – ETAR de Albufeira Poente, e Revisão do Projeto de Execução de Infraestruturas de Elevação e Adução ApR – ETAR da Quinta do Lago.

8.2 Considera-se incluído no prazo de revisão todas as revisões extraordinárias, necessárias devido à retificação de algumas peças escritas do caderno de encargos.

8.3 Na execução do objeto do contrato o Cocontratante deve reger-se pela recomendação da Associação Portuguesa de Projetistas e Consultores na verificação da qualidade do projeto de execução, tendo em conta o tipo de obra em estudo e os seguintes aspetos:

8.4 Verificação global.

8.4.1 Verificar a instrução do projeto e a existência de todos os elementos e número de exemplares necessários à sua aprovação pelas entidades competentes.

8.4.2 Proceder a uma verificação genérica tendente a detetar erros ou omissões grosseiros.

8.4.3 Verificar o cumprimento material do programa definido pelo Dono de Obra.

8.5 Verificação das peças desenhadas.

8.5.1 Confrontar as peças desenhadas com o respetivo índice.

8.5.2 Verificar a suficiência e a adequação das peças desenhadas ao caderno de encargos do projeto.

8.5.3 Confrontar as peças desenhadas com as peças escritas para verificação da coerência entre ambas.

8.5.4 Avaliar a suficiência do nível de pormenorização.

8.5.5 Verificar a coerência da organização das peças desenhadas.

8.5.6 Confirmar a localização e implantação da obra.

8.5.7 Confirmar a indicação dos materiais constituintes da obra.

8.5.8 Avaliar a exequibilidade do projeto face às condicionantes e ao faseamento construtivo.

8.5.9 Detetar eventuais erros nas peças desenhadas.

8.5.10 Refletir sobre a conceção geral da obra.

- 8.5.1.1** Verificar a compatibilidade entre si das soluções definidas em cada um dos projetos das especialidades.
- 8.6** Verificação das peças escritas do projeto.
 - 8.6.1** Verificar a coerência entre as diversas peças escritas nomeadamente no que diz respeito às especificações técnicas.
 - 8.6.2** Verificar a coerência da organização das peças escritas.
 - 8.6.3** Verificar a suficiência e a adequação das peças escritas ao caderno de encargos do projeto.
 - 8.6.4** Confrontar as peças escritas com o respetivo índice.
 - 8.6.5** Conferir, na memória descritiva, se estão definidos todos os materiais a utilizar na obra e todos os condicionamentos.
 - 8.6.6** Detetar eventuais erros nas peças escritas.
 - 8.6.7** Avaliar o cumprimento das disposições regulamentares.
 - 8.6.8** Verificação da necessidade de alguns cálculos complementares nas peças mais significativas.
 - 8.6.9** Verificação da informação sobre os serviços afetados pela obra.
- 8.7** Verificação das medições.
 - 8.7.1** Verificar a existência de medições e a sua coerência com o tipo da obra em causa.
 - 8.7.2** Verificar a adequação e a suficiência do articulado ao projeto.
 - 8.7.3** Fazer uma análise crítica das medições, conferindo eventuais omissões e verificar os artigos mais significativos dentro dos parâmetros habituais.
 - 8.7.4** Indicar os artigos não previstos, mas passíveis de correr, com vista a contemplar situações imprevisíveis.
 - 8.7.5** Confirmar que não existe duplicação de artigos, face a outras especialidades.
 - 8.7.6** Verificar que os critérios de medição são adequados e completos.
 - 8.7.7** Verificar a compatibilidade das medições e seus critérios com todos os trabalhos e métodos construtivos previstos.
- 8.8** Verificação do orçamento.
 - 8.8.1** Verificar a numeração e o rigor dos diversos artigos do orçamento e a sua compatibilidade com os mesmos artigos das medições.

- 8.8.2** Verificação do caderno de encargos.
- 8.8.3** Verificar a existência de caderno de encargos e a sua coerência com o tipo de obra em causa.
- 8.8.4** Verificar a coerência do caderno de encargos com o tipo de obra, legislação, normas, especificações, etc.
- 8.8.5** Verificação da existência das cláusulas técnicas especiais para todos os trabalhos previstos.
- 8.8.6** Verificar a compatibilidade entre si das soluções definidas em cada um dos projetos das especialidades.
- 8.8.7** Verificar a adequação das cláusulas técnicas à obra em causa, tendo em consideração os materiais e os processos construtivos adotados.
- 8.9** O Prestador de Serviços não poderá ser autor do projeto, ser membro da equipa do projeto ou ter tido responsabilidade pela sua elaboração, sendo inadmissível que faça agora a revisão desse mesmo projeto pelo qual teve intervenção direta, sob pena de nulidade do presente contrato.
- 8.10** O Cocontratante assume integral responsabilidade pelos serviços contratados, sendo o único responsável perante a AdA pela boa prestação dos mesmos.
- 8.11** O Cocontratante responde nomeadamente por quaisquer erros, deficiências ou omissões na Aquisição de Serviços, qualquer que seja a sua origem e qualquer que seja o momento em que foram detetados, salvo se o Cocontratante provar que os mesmos decorreram de dados fornecidos por escrito pela AdA.
- 8.12** Sempre que os erros, deficiências ou omissões na Aquisição de Serviços resultem de dados fornecidos pela AdA, o apuramento das responsabilidades far-se-á de acordo com o regime previsto no artigo 378.º do Código dos Contratos Públicos.
- 8.13** Em qualquer altura e logo que solicitado pela AdA, o Cocontratante obriga-se a corrigir os erros, as deficiências ou omissões no prazo razoável que lhe vier a ser notificado, sob pena da AdA os mandar executar a terceiros por conta do Cocontratante, sempre que a responsabilidade pelos mesmos lhe seja imputável.
- 8.14** As ações de supervisão e/ou aprovação da AdA em nada alteram ou diminuem a responsabilidade do Cocontratante no que se refere à Aquisição de Serviços.
- 8.15** Se a AdA tiver que assumir a indemnização de prejuízos que nos termos do contrato ou deste Caderno de Encargos são da responsabilidade do Cocontratante, este indemnizá-

la-á pelos montantes assumidos e demais despesas incorridas, assistindo à AdA o direito de regresso das quantias que pagou ou tiver que pagar.

- 8.16** O Cocontratante, enquanto entidade revisora nos termos do n.º 2 do artigo 43.º do Código dos Contratos Públicos, assume integral responsabilidade por cada Projeto Revisto.
- 8.17** É da exclusiva responsabilidade do Cocontratante o cumprimento das obrigações legais e regulamentares relativas ao pessoal afeto à Aquisição de Serviços, nomeadamente no que concerne ao registo de pessoal, à aptidão profissional, condições de trabalho, organização do tempo de trabalho, disciplina, bem como o respeito pela legislação e regulamentação coletiva aplicável, incluindo a relativa aos direitos e garantias conferidos aos trabalhadores, em particular os referentes a remuneração, proteção da segurança e saúde e assistência técnica em caso de doença ou acidente de trabalho, competindo-lhe ainda, assegurar a identificação de todo o pessoal afeto à prestação do serviço efetuando o respetivo controlo de acesso.
- 8.18** O Cocontratante é obrigado a manter a boa ordem nos locais da prestação dos serviços e fundamentada, o pessoal que haja desrespeitado os Agentes da AdA, provocado indisciplina ou seja negligente no desempenho dos seus deveres.
- 8.19** O Cocontratante obriga-se a garantir que o pessoal afeto à Aquisição de Serviços seja portador, em local de fácil visibilidade e leitura, de identificação nominal, autenticado pelo Cocontratante e com indicação de que se trata de pessoa ao serviço da AdA.
- 8.20** O Cocontratante fica sujeito ao cumprimento das disposições legais e regulamentares em vigor sobre segurança e saúde no trabalho relativamente a todo o pessoal afeto à Aquisição de Serviços, sendo da sua responsabilidade todos os encargos que daí resultem, considerando-se incluídos no preço a apresentar.
- 8.21** O Cocontratante não pode fazer ou consentir qualquer espécie de publicidade, sem a prévia autorização da AdA.
- 8.22** Durante a execução do contrato, o Cocontratante obriga-se a apresentar à AdA, sob pena de incumprimento contratual, toda e qualquer documentação solicitada para efeitos de verificação das obrigações estabelecidas.
- 8.23** Nas suas relações com os eventuais intervenientes como fornecedores, prestadores de serviços, etc., o Cocontratante obriga-se ainda a respeitar e fazer cumprir o estabelecido nos respetivos contratos e legislação aplicável, e ainda as normas e princípios do Código de Ética da AdA publicitada no site institucional da AdA, de acordo com as atribuições

que lhe são cometidas pela AdA no âmbito do contrato a celebrar e do presente Caderno de Encargos.

- 8.24** Todas as despesas decorrentes da elaboração da proposta, do respetivo contrato, dos Seguros exigidos, dos equipamentos empregues e outros encargos decorrentes da Aquisição de Serviços, são da responsabilidade do Cocontratante e estão incluídos no preço contratual, não existindo direito a outros pagamentos e indemnizações, a qualquer título, pela realização das referidas despesas.

9 DOCUMENTAÇÃO A PRODUIR

- 9.1** No âmbito da presente Aquisição de Serviços, o Cocontratante fica obrigado à elaboração do(s) seguinte (s) documentos:

- a) Um Parecer de Revisão, devidamente estruturado, para cada fase de elaboração da Revisão dos Projetos de Execução, o qual descreverá os critérios utilizados, as listagens de verificações efetuadas e incluir um Parecer claro e objetivo quanto à respetiva aprovação;
- b) Listagem de todas as peças escritas e desenhadas revistas, com identificação da data e Entidade Revisora e devidamente assinada pelo Coordenador da Revisão do Estudo, através de assinatura digital certificada;
- c) Um exemplar em formato digital, de todas as peças escritas e desenhadas validadas com a designação “REVISTO”, através de assinatura digital certificada.

- 9.2** Toda a documentação apresentada no âmbito da Aquisição de Serviços deverá ser datada e assinada pelos elementos da Equipa que participaram na sua produção.

- 9.3** Os documentos elaborados no âmbito da presente Aquisição de Serviços devem ser remetidos à AdA, ao cuidado do interlocutor por esta designado.

- 9.4** Os documentos a produzir são objeto de análise pela AdA, para validação dos elementos e nele contidos, de acordo com as condições definidas no presente Caderno de Encargos e respetivas especificações.

- 9.5** O Cocontratante deve prestar toda a cooperação e esclarecimentos necessários, constituindo ainda sua obrigação, a eventual reformulação dos documentos, caso a mesma venha a ser solicitada pela AdA.

- 9.6** A Declaração de Aceitação da AdA deve ocorrer no prazo máximo de 20 (vinte) dias, a contar da sua apresentação.

- 9.7** A apresentação da Documentação/Relatórios, para efeitos de aceitação, suspende o prazo de execução contratual.
- 9.8** Qualquer pedido de esclarecimento por parte da AdA, suspende automaticamente o prazo previsto para aceitação.
- 9.9** Não existe lugar a prorrogação legal do prazo em caso de não aceitação do Relatório/Documento a produzir.
- 9.10** As correções à documentação que sejam imputáveis ao Cocontratante não conferem a este direito a qualquer prorrogação ao prazo de execução.
- 9.11** A Declaração de Aceitação dos documentos produzidos não implica a aceitação de eventuais discrepâncias com legislação ou outros normativos aplicáveis.

10 ORGANIZAÇÃO E MEIOS DO COCONTRATANTE

10.1 DISPOSIÇÕES GERAIS

- 10.1.1** Compete ao Cocontratante dispor de todos os meios humanos e materiais necessários à execução das ações a desenvolver na execução da Revisão do Projeto, em conformidade com o previsto neste Caderno de Encargos, bem como o estabelecimento do sistema de organização necessário à perfeita e completa execução das tarefas a seu cargo.

10.2 ORGANIZAÇÃO E GESTÃO DA INFORMAÇÃO

- 10.2.1** Compete ao Cocontratante organizar e gerir integralmente todos os sistemas que considerar necessários para atingir os objetivos pretendidos e realizar as tarefas que lhe são cometidas.
- 10.2.2** O Cocontratante deverá dar especial atenção a todas as tarefas relacionadas com o controlo de qualidade e das quantidades associadas à execução da Revisão do Projeto, pelo que deverá adotar os meios de organização adequados a esta exigência.

10.3 MEIOS HUMANOS

10.3.1 DISPOSIÇÕES GERAIS

- 10.3.1.1** A mobilização de todos os meios humanos necessários à realização do Projeto são da inteira responsabilidade do Cocontratante, que se obriga a garantir que os seus agentes colocam todo o seu conhecimento, zelo, competência e dedicação na realização das tarefas que lhe forem cometidas, de modo a que sejam executadas de acordo com as melhores práticas profissionais.

10.3.1.2 O Contraente Público reserva-se no direito de ordenar a substituição de qualquer meio humano quando entender que não existem garantias de boa execução dos trabalhos que lhe foram atribuídos ou ainda no caso de ter comportamento que comprometa o andamento ou a boa execução dos trabalhos no âmbito desta Aquisição de Serviços.

10.3.2 EQUIPA DE PROJETO

10.3.2.1 A Equipa de Revisão deve ser constituída por um Coordenador, bem como pelos seguintes elementos:

- a) Coordenador da Equipa de Revisão;
- b) Responsável pela Especialidade de Hidráulica Urbana ou Sanitária;
- c) Responsável pela Especialidade de Estruturas de Obras Hidráulicas;
- d) Responsável pela Especialidade em Mecânica e Eletromecânica;
- e) Responsável pela Especialidade em Processo de Tratamento;
- f) Responsável pela Especialidade em Hidrologia e Recursos Hídricos.

10.3.2.2 O Cocontratante garante que o Coordenador da Equipa de Revisão e qualquer outro elemento desta, coloca a sua experiência, perícia e diligência na realização dos serviços.

10.3.2.3 A AdA pode ordenar a substituição do Coordenador ou qualquer outro elemento da Equipa de Revisão, no caso de não cumprimento dos deveres legais e contratuais a que está adstrito.

10.3.2.4 O Cocontratante não pode substituir o Coordenador da Equipa de Revisão, nem qualquer outro elemento da mesma, sem a aprovação da AdA.

10.3.2.5 A substituição de qualquer elemento da Equipa tem, no mínimo, que ser por Técnico de currículo equivalente àquele a substituir.

10.3.2.6 São da exclusiva responsabilidade do Cocontratante todas as obrigações legais relativas à Equipa e respetiva coordenação afetas à Aquisição de Serviços a que se refere o presente Caderno de Encargos.

11 HABILITAÇÕES DA EQUIPA DE REVISÃO

A Equipa de Revisão do Projeto deve apresentar toda a documentação necessária, em conformidade com o exigido na Lei n.º 31/2009, de 3 de julho com a redação conferida pela Lei n.º 40/2015, de 1 de junho.

12 TRANSFERÊNCIA DE PROPRIEDADE

12.1 Com a Declaração de Aceitação da versão final dos documentos a produzir no âmbito da presente Aquisição de Serviços, se a ela houver lugar ou por força do pagamento do preço contratual, ocorre a transferência para a AdA, da propriedade dos elementos a desenvolver ao abrigo do contrato, incluindo ainda os direitos autorais sobre todas as criações intelectuais abrangidas pelos serviços a prestar.

12.2 Pela cessão dos direitos a que alude o número anterior, não é devida qualquer contrapartida para além do preço a pagar, nos termos definidos neste Caderno de Encargos.

13 DIREITOS DE PROPRIEDADE INTELECTUAL

13.1 Nos termos do disposto no art.º 447.º Código dos Contratos Públicos, correm integralmente por conta do Cocontratante os encargos ou a responsabilidade civil decorrentes da incorporação nas atividades que são objeto do contrato, ou da utilização nessas atividades, de elementos de construção, de hardware, de software ou de outros que respeitem a quaisquer patentes, licenças, marcas, desenhos registados e outros direitos de propriedade industrial ou direitos de autor ou conexos.

13.2 Se a AdA vier a ser demandada por ter infringido, na execução do contrato ou na posterior utilização do Estudo/Serviços objeto do mesmo, qualquer dos direitos referidos no número anterior, terá direito de regresso contra o Cocontratante por quaisquer quantias pagas, seja a que título for.

14 CONFORMIDADE E GARANTIA TÉCNICA

O Cocontratante fica sujeito, com as devidas adaptações e no que se refere aos elementos entregues ao Contraente Público em execução do contrato, às exigências legais, obrigações do fornecedor e prazos respetivos aplicáveis aos contratos de aquisição de bens móveis, nos termos do Código dos Contratos Públicos e demais legislação aplicável.

15 DEVER DE SIGILO

- 15.1** O Cocontratante obriga-se a não divulgar quaisquer informações e documentação, técnica e não técnica, comercial ou outra, relativa ao Contraente Público, de que venha a ter conhecimento ao abrigo ou em relação com a execução do contrato.
- 15.2** O Cocontratante obriga-se também a não utilizar as informações obtidas para fins alheios à execução do contrato.
- 15.3** O Cocontratante obriga-se a remover e destruir no termo final do prazo contratual todo e qualquer registo, em papel ou eletrónico, que contenha dados ou informações referentes ou obtidas na execução do contrato e que o Contraente Público lhe indique para esse efeito.
- 15.4** O dever de sigilo mantém-se em vigor até ao termo do prazo de 5 (cinco) anos após a extinção das obrigações decorrentes do contrato, sem prejuízo da sujeição subsequente a quaisquer deveres legais relativos, designadamente, à proteção de segredos comerciais ou da credibilidade, do prestígio ou da confiança devidos às pessoas coletivas.

16 TRATAMENTO DE DADOS PESSOAIS

- 16.1** No caso de o Cocontratante necessitar de aceder a dados pessoais no decurso da execução do contrato, deve fazê-lo exclusivamente na medida do estritamente necessário para integral e adequada prossecução dos fins constantes do contrato, na qualidade de subcontratante, e por conta e de acordo com as instruções do Contraente Público, nos termos da legislação aplicável à proteção de dados pessoais.
- 16.2** O Cocontratante não pode proceder à reprodução, gravação, cópia ou divulgação dos dados pessoais para outros fins que não constem do contrato, ou para proveito próprio.
- 16.3** O Cocontratante deve cumprir rigorosamente as instruções do Contraente Público no que diz respeito ao acesso, registo, transmissão ou qualquer outra operação de tratamento de dados pessoais.
- 16.4** O Cocontratante deve proceder à implementação de medidas de segurança de tratamento de dados pessoais e adotar medidas técnicas e organizativas para proteger os dados contra destruição acidental ou ilícita, perda acidental, alterações, difusão ou acesso não autorizados, e contra qualquer outra forma de tratamento ilícito dos mesmos.
- 16.5** O Cocontratante deve tomar as medidas adequadas para assegurar a idoneidade dos seus

trabalhadores ou colaboradores, a qualquer título, que tenham acesso aos dados pessoais fornecidos pelo Contraente Público, ou por quem atue em representação desta.

- 16.6** As medidas a que se refere o número anterior devem garantir um nível de segurança adequado em relação aos riscos que o tratamento de dados apresenta, à natureza dos dados a proteger e aos riscos, de probabilidade e gravidade variável para os direitos e liberdades das pessoas singulares.
- 16.7** O Cocontratante deve assegurar que o acesso aos dados pessoais é limitado às pessoas que efetivamente necessitam de aceder aos mesmos para cumprir com as obrigações impostas pelo presente Caderno de Encargos e que os trabalhadores, colaboradores ou subcontratados assumiram um compromisso de confidencialidade ou estão sujeitos a adequadas obrigações legais de confidencialidade, e que conhecem e se comprometem a cumprir todas as obrigações aqui previstas, sendo o Cocontratante responsável pela utilização dos dados pessoais por parte dos mesmos.
- 16.8** Mediante solicitação escrita do Contraente Público, o Cocontratante deve, no prazo de 15 (quinze) dias, informar quais as medidas tomadas para assegurar o cumprimento dos deveres referidos nos números anteriores.
- 16.9** O Cocontratante deve comunicar de imediato ao Contraente Público quaisquer reclamações ou questões colocadas pelos titulares dos dados pessoais.
- 16.10** O Cocontratante encontra-se adstrito a notificar de imediato o Contraente Público de qualquer monitorização, auditoria ou controlo por parte de entidades reguladoras/de supervisão de que seja objeto.
- 16.11** Se o Cocontratante tomar conhecimento, ou suspeitar, de violações de dados pessoais que resultem, ou possam resultar, na destruição acidental ou não autorizada de dados, na perda, alteração, acesso ou revelação não autorizada dos dados, deve notificar, por escrito, o Contraente Público disponibilizando-lhe uma descrição da violação de dados ocorrida, informando-o das categorias e número de titulares de dados afetados, das prováveis consequências da violação, assim como fornecendo-lhes qualquer outra informação que possam razoavelmente solicitar.
- 16.12** Quando se verifique uma violação de dados pessoais, por causas imputáveis ao Cocontratante, este compromete-se a adotar as seguintes medidas, sem quaisquer custos adicionais para o Contraente Público:
- a) Tomar de imediato as medidas necessárias para investigar a violação ocorrida, identificar e prevenir a repetição dessa violação, e encetar esforços razoáveis para

mitigar os efeitos dessa violação;

b) Desenvolver as ações necessárias para remediar a violação; e

c) Documentar todas as circunstâncias referentes à violação para efeitos de controlo por parte da autoridade de supervisão.

16.13 O Cocontratante obriga-se a ressarcir o Contraente Público por todos os prejuízos em que venham a incorrer em virtude da utilização ilegal e/ou ilícita de dados pessoais, nomeadamente por indemnizações e despesas em que tenham incorrido na sequência de reclamações ou processos propostos pelos titulares dos dados, bem como por taxas, coimas e multas que tenha de pagar.

16.14 O incumprimento dos deveres estabelecidos na presente cláusula por parte do Cocontratante e a verificação de inexistência de garantias de compliance do mesmo é fundamento de resolução do presente contrato com justa causa pelo Contraente Público, podendo implicar o dever de indemnização por eventuais violações que lhe sejam imputadas.

17 CONSERVAÇÃO DE DADOS PESSOAIS

17.1 O Cocontratante deve apagar e destruir os dados pessoais tratados quando os mesmos deixarem de ser necessários para a execução do contrato, e sempre em prazo não superior a 1 (um) ano após a cessação do contrato que esteve na base da licitude do seu tratamento e de acordo com as instruções dadas pelo Contraente Público.

17.2 Dependendo da opção do Contraente Público, o Cocontratante apagará ou devolverá todos os dados pessoais, depois de concluída a execução do contrato, apagando as cópias existentes, a menos que a conservação dos dados seja exigida ao abrigo da legislação aplicável.

18 TRANSFERÊNCIA DE DADOS PESSOAIS

O Cocontratante não pode transferir quaisquer dados pessoais para outra entidade, independentemente da sua localização, salvo autorização prévia e escrita do Contraente Público, exceto se for obrigado a fazê-lo pela legislação aplicável, ficando obrigado a informar, nesse caso, o Contraente Público antes de proceder a essa transferência.

19 DEVER DE COOPERAÇÃO

19.1 O Cocontratante deve cooperar com o Contraente Público ou com qualquer outra empresa do Grupo AdP, mediante solicitação, designadamente nas seguintes situações:

- a) Quando um titular de dados pessoais exerça os seus direitos ou cumpra as suas obrigações nos termos da legislação aplicável, relativamente aos dados pessoais tratados pelo Cocontratante em representação do Contraente Público;
- b) Quando qualquer das empresas do Grupo AdP deva cumprir ou dar sequência a qualquer avaliação, inquérito, notificação ou investigação da Comissão Nacional de Proteção de Dados ou entidade administrativa com atribuições e competências legais equiparáveis.

20 PREÇO CONTRATUAL E PREÇO BASE

20.1 PREÇO CONTRATUAL

20.1.1 Pela aquisição dos serviços objeto do contrato, bem como pelo cumprimento das demais obrigações constantes do presente Caderno de Encargos, o Contraente Público deve pagar ao Cocontratante o preço constante da proposta adjudicada, acrescido de IVA à taxa legal em vigor, se este for legalmente devido.

20.1.2 O preço referido na cláusula anterior inclui todos os custos, encargos e despesas cuja responsabilidade não esteja expressamente atribuída ao Contraente Público, incluindo despesas de alojamento, alimentação e deslocação de meios humanos, despesas de aquisição, transporte, armazenamento e manutenção de meios materiais, bem como quaisquer encargos decorrentes da utilização de marcas registadas, patentes ou licenças.

20.2 PREÇO BASE

Os preços máximos para cada lote são:

- a) Lote I, Revisão do Projeto de Execução do Reforço do Abastecimento de Água no Algarve – Solução de Tomada de Água no Pomarão, **180.000,00 EUR (cento e oitenta mil euros)**, não incluindo o imposto sobre o valor acrescentado;
- b) Lote 2, Revisão do Projeto de Execução da Otimização de escoamento entre o Reservatório Inicial - Ocidental e o Reservatório Final, **24.000,00 EUR (vinte e quatro mil euros)**, não incluindo o imposto sobre o valor acrescentado;

c) Lote 3, Revisões dos Projetos de Execução de Infraestruturas de Elevação e Adução ApR – ETAR de Vilamoura, ETAR de Albufeira Poente e ETAR da Quinta do Lago, **77.000,00 EUR (setenta e sete mil euros)**, não incluindo o imposto sobre o valor acrescentado.

21 CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

21.1 O pagamento será efetuado do seguinte modo, por cada lote descrito no artigo 20.2:

- a) Verificação dos Elementos de Projeto, por cada lote revisto: 30 % (trinta por cento);
- b) Revisão do Projeto de Execução, por cada lote revisto: 70 % (setenta por cento).

21.2 A(s) quantia(s) devidas pelo Contraente Público devem ser pagas no prazo de 30 (trinta) dias após a receção pelo Contraente Público das respetivas faturas, as quais só podem ser emitidas após vencimento da obrigação respetiva.

21.3 Para efeitos do número anterior, a obrigação considera-se vencida com a entrega dos elementos correspondentes a cada fase a desenvolver pelo Cocontratante ao abrigo do contrato.

21.4 A faturação deve ser efetuada de acordo com o disposto no Código do IVA, devendo a fatura mencionar, quando aplicável, todos os números das notas de encomenda e das guias de remessa a que dizem respeito.

21.5 As faturas são emitidas eletronicamente pelo Cocontratante e deverão ser enviadas para o Portal FE-AP, de receção de documentos em formato eletrónico (EDI), sistema suportado pela empresa eSPap – Entidade de Serviços Partilhados da Administração Pública, I.P..

21.6 Caso o Cocontratante não tenha ainda aderido a este Portal deve efetuar os seguintes passos:

- a) Consultar a informação sobre a fatura eletrónica em <https://www.espap.gov.pt/spfin/Paginas/spfin.aspx#maintab>;
- b) Consultar a informação específica do processo de adesão dos fornecedores <https://www.espap.gov.pt/spfin/onboarding/Paginas/onboarding%20de%20Fornecedor.aspx#maintab>;
- c) Preencher o formulário de adesão: https://pt.surveymonkey.com/r/FE-AP_CIOUS.

21.7 As faturas eletrónicas deverão cumprir o estabelecido na versão em vigor do documento

“Águas de Portugal - Manual de Boas Práticas - Faturação Eletrónica Inbound

(Fornecedores)”, disponível em https://www.adp.pt/downloads/file427_pt.pdf.

- 21.8** Em caso de discordância por parte do Contraente Público quanto aos valores indicados nas faturas, esta deve comunicar, por escrito, ao Cocontratante, os respetivos fundamentos, ficando este obrigado a prestar os esclarecimentos necessários ou a proceder à emissão de nova fatura corrigida.
- 21.9** A falta de pagamento dos valores contestados pelo Contraente Público não vence juros de mora nem justifica a suspensão das obrigações contratuais do Cocontratante, devendo, no entanto, o Contraente Público proceder ao pagamento da importância não contestada.
- 21.10** Desde que devidamente emitidas e observado o disposto na cláusula 21.1. as faturas são pagas através de transferência bancária para a instituição de crédito indicada pelo Cocontratante.
- 21.11** No caso de suspensão da execução do contrato e independentemente da causa da suspensão, os pagamentos ao Cocontratante serão automaticamente suspensos por igual período.

22 REVISÃO DE PREÇOS

O contrato está sujeito a revisão de preços nos termos do artigo 2.º do Decreto-lei n.º 6/2004, de 6 de janeiro, alterado pelo Decreto-Lei n.º 73/2021, de 18 de agosto, através da aplicação da seguinte fórmula:

$$C = IPCt/IPC0,$$

em que,

IPCt e IPC0 são os índices de preço no consumidor (sem habitação), no distrito de _____ respetivamente, no mês em que foram efetuados os trabalhos a que diz respeito a respetiva fatura e no mês anterior à data da apresentação da proposta.

C é o fator multiplicativo a aplicar aos preços em revisão.

23 ACOMPANHAMENTO E FISCALIZAÇÃO DO MODO DE EXECUÇÃO DO CONTRATO

- 23.1** A execução do contrato é permanentemente acompanhada pelo gestor do contrato designado pelo Contraente Público, a identificar no contrato
- 23.2** No exercício das suas funções, o gestor pode acompanhar, examinar e verificar,

presencialmente, a execução do contrato pelo Cocontratante

- 23.3** Caso o gestor do contrato detete quaisquer desvios, defeitos ou outras anomalias na execução do contrato, comunica-os, de imediato, ao órgão competente, propondo em relatório fundamentado as medidas que, em cada caso, se revelem adequadas à correção dos mesmos.
- 23.4** O desempenho das funções de acompanhamento e fiscalização do modo de execução do contrato não exime o Cocontratante de responsabilidade por qualquer incumprimento ou cumprimento defeituoso das suas obrigações.

24 MODIFICAÇÃO OBJETIVA DO CONTRATO

- 24.1** O Cocontratante realizará as alterações ao Projeto que lhe forem determinadas pelo Contraente Público, no decurso da execução dos trabalhos.
- 24.2** São consideradas prestações complementares todas as alterações referidas na cláusula anterior cuja espécie ou quantidade não esteja prevista no contrato e que não se destinem à retificação e, ou, à correção de erros e vícios dos trabalhos elaborados pelo Cocontratante.
- 24.3** O valor das prestações complementares previstas na cláusula 24.2 será fixado nos termos previstos no artigo 373.º do CCP.
- 24.4** O Cocontratante é obrigado a executar as prestações complementares ordenadas pelo Contraente Público, sem prejuízo do disposto no artigo 372.º do CCP.
- 24.5** O Contraente Público pode suprimir algumas prestações do objeto do contrato emitindo ordem de prestações a menos, nos termos do artigo 379.º do CCP.
- 24.6** O Contraente Público poderá determinar a suspensão da prestação de serviços, por razões alheias ao Cocontratante, por um período total acumulado não superior a 100 (cem) dias, sem que para tal careça do acordo da outra parte.

25 CESSÃO DA POSIÇÃO CONTRATUAL E SUBCONTRATAÇÃO DO COCONTRATANTE

- 25.1** Além da situação prevista na alínea a) do n.º I do artigo 318.º do Código dos Contratos Públicos, o Cocontratante pode ceder a sua posição contratual, na fase de execução do contrato, mediante autorização do Contraente Público.

- 25.2** Para efeitos da autorização a que se refere o número anterior, o Cocontratante deve

apresentar uma proposta fundamentada e instruída com os documentos previstos no n.º 2 do artigo 318.º do CCP.

- 25.3** O Contraente Público deve pronunciar-se sobre a proposta do Cocontratante no prazo de 30 (*trinta*) dias a contar da respetiva apresentação, desde que regularmente instruída, considerando-se o referido pedido rejeitado se, no termo desse prazo, o mesmo não se pronunciar expressamente.
- 25.4** Em caso de incumprimento, pelo Cocontratante, das suas obrigações, que reúna os pressupostos para a resolução do contrato, o Contraente Público pode determinar que o Cocontratante ceda a sua posição contratual ao concorrente do procedimento pré-contratual na sequência do qual foi celebrado o contrato em execução, que venha a ser indicado pelo Contraente Público, pela ordem sequencial daquele procedimento.
- 25.5** A subcontratação pelo Cocontratante depende de autorização do Contraente Público, nos termos do Código dos Contratos Públicos.
- 25.6** A subcontratação de fornecimentos e serviços que figurem na proposta apresentada será realizada nas condições estabelecidas neste Caderno de Encargos, não podendo o Cocontratante proceder à substituição dos respetivos subcontratados sem a prévia aprovação do Contraente Público.
- 25.7** O Contraente Público reserva-se o direito de aceitar, ou não, a utilização dos subcontratados ou tarefeiros propostos nas condições estabelecidas na cláusula anterior, sem ter de justificar tal resolução, não acarretando a aceitação do Contraente Público a diminuição da responsabilidade do Cocontratante, tal como se encontra definida na cláusula 25.1 do Caderno de Encargos.

26 SANÇÕES CONTRATUAIS, INCUMPRIMENTO DO CONTRATO E SUA RESOLUÇÃO

26.1 SANÇÕES

- 26.1.1** Pelo incumprimento de obrigações emergentes do contrato, o Contraente Público pode exigir do Cocontratante o pagamento de sanções contratuais, de montante a fixar em função da gravidade do incumprimento.
- 26.1.2** O Contraente Público pode, designadamente, exigir do Cocontratante o pagamento de sanções contratuais nos termos das cláusulas seguintes:

26.1.2.1 POR INCUMPRIMENTO DE OBRIGAÇÕES EMERGENTES DO CONTRATO

26.1.2.1.1 Pelo incumprimento dos prazos de execução parciais indicados na cláusula 7.1.1, 7.2.2 e 7.3.2 do presente Caderno de Encargos, o Contraente Público pode aplicar uma sanção pecuniária diária, calculada da seguinte forma:

- ✓ € 500,00 (quinhentos euros) por cada dia de atraso no primeiro período de 15 (quinze) dias;
- ✓ € 1.000,00 (mil euros) por cada dia de atraso, a partir do 16.º dia de atraso.

26.1.2.1.2 Caso se registem atrasos em diversas fases de execução contratual, as sanções serão cumulativas.

26.1.2.1.3 O Contraente Público reserva-se o direito de anular as sanções contratuais aplicadas ao Cocontratante por atrasos, caso venha a ser cumprido o prazo global de execução da presente aquisição de serviços.

26.1.2.2 POR ALTERAÇÕES DA CONSTITUIÇÃO E AFETAÇÕES DA EQUIPA TÉCNICA

26.1.2.2.1 Nas situações em que, sem autorização do Contraente Público, o Cocontratante proceder à alteração da constituição da equipa afeta ao Projeto, quer na designação do técnico, quer em número de elementos que a integrem, ser-lhe-á aplicada, por cada alteração, uma sanção pecuniária de 5% (cinco por cento) do preço contratual global.

26.1.2.3 MÁXIMO DAS SANÇÕES CONTRATUAIS

26.1.2.3.1 As sanções estabelecidas na presente cláusula são cumuláveis entre si.

26.1.2.3.2 O valor acumulado das sanções pecuniárias não poderá exceder o limite máximo de 20% (vinte por cento) do preço contratual, sem prejuízo do Contraente Público resolver o contrato nas condições estabelecidas na cláusula 26.2.1 do presente Caderno de Encargos.

26.1.2.3.3 Nos casos em que seja atingido o limite de 20% e o Contraente Público decida não proceder à resolução do contrato, por dela resultar grave dano para o interesse público, aquele limite é elevado para 30%.

26.1.2.3.4 As sanções contratuais previstas na presente cláusula não obstam a que o Contraente Público exija uma indemnização pelo dano excedente.

26.1.2.4 LIQUIDAÇÃO DAS SANÇÕES

26.1.2.4.1 O Contraente Público pode descontar o valor das sanções contratuais devidas nos termos da presente cláusula nos pagamentos devidos ao Cocontratante.

26.2 RESOLUÇÃO DO CONTRATO

26.2.1 Resolução por Parte do Contraente Público

26.2.1.1 Sem prejuízo de outros fundamentos de resolução previstos na lei, o Contraente Público pode resolver o contrato, a título sancionatório, no caso de o Cocontratante violar de forma grave ou reiterada qualquer das obrigações que lhe incumbem.

26.2.1.2 O Contraente Público pode resolver o contrato designadamente nos seguintes casos:

- a) Atraso, total ou parcial, na prestação dos serviços objeto do contrato superior a 30 (trinta) dias ou declaração escrita do Cocontratante de que o atraso em determinada prestação excederá esse prazo;
- b) O valor das sanções pecuniárias atingir 20% (vinte por cento) do preço global do contrato, ou 30% (trinta por cento), nas situações em que atingido o limite 20% (vinte por cento) do preço global do contrato o Contraente Público decida não proceder à resolução do contrato, por dela resultar grave dano para o interesse público.

26.2.1.3 O direito de resolução exerce-se mediante declaração enviada ao Cocontratante e não determina a repetição das prestações já realizadas pelo mesmo nos termos previstos no presente Caderno de Encargos, a menos que tal seja determinado pelo Contraente Público.

26.2.1.4 Em caso de resolução do contrato por incumprimento do Cocontratante, o Contraente Público pode exigir-lhe uma sanção pecuniária de até 20% (vinte por cento) do valor global contratado.

26.2.1.5 Ao valor da sanção pecuniária prevista na cláusula anterior são deduzidas as importâncias pagas pelo Cocontratante ao abrigo da cláusula 26.1, relativamente aos serviços cujo atraso na respetiva conclusão tenha determinado a resolução do contrato.

26.2.1.6 O disposto na cláusula 26.2.1.4 não prejudica o direito de indemnização nos termos gerais, não obstante a que o Contraente Público exija uma indemnização pelos danos excedentes.

26.2.2 Resolução por Parte do Cocontratante

26.2.2.1 O Cocontratante pode resolver o contrato nos termos previstos no artigo 332.º do CCP.

26.2.2.2 Salvo na situação prevista na alínea c) do n.º I do artigo 332.º do CCP, o direito de resolução é exercido por via judicial.

26.2.2.3 Nos casos previstos na alínea c) do n.º I do artigo 332.º do CCP, o direito de resolução pode ser exercido mediante declaração enviada ao Contraente Público, que produz efeitos 30 (trinta) dias após a receção dessa declaração, salvo se esta última cumprir as obrigações em atraso nesse prazo, acrescidas dos juros de mora a que houver lugar.

26.2.2.4 A resolução do contrato nos termos do presente conjunto de cláusulas não determina a repetição das prestações já realizadas pelo Cocontratante, cessando, porém, todas as obrigações deste ao abrigo do contrato.

27 CAUÇÃO

27.1 A caução será prestada nos termos estabelecidos no n.º 19 do Programa de Procedimento.

27.2 A dedução prevista na cláusula anterior pode ser substituída por títulos emitidos ou garantidos pelo Estado, por garantia bancária à primeira solicitação ou por seguro-caução, nos mesmos termos estabelecidos para a caução destinada a garantir o exato e pontual cumprimento das obrigações contratuais.

27.3 A caução prestada para garantir o exato e pontual cumprimento das obrigações decorrentes do contrato pode ser executada pelo Contraente Público sem necessidade de prévia decisão judicial ou arbitral, para satisfação de quaisquer créditos resultantes de mora, cumprimento defeituoso, incumprimento definitivo do Cocontratante das obrigações contratuais ou legais, incluindo o pagamento de sanções contratuais, ou para quaisquer outros efeitos especificamente previstos no contrato ou na lei.

27.4 A resolução do contrato pelo Contraente Público, não impede a execução da caução nos termos da lei ou do contrato.

27.5 A execução parcial ou total da caução referida nos números anteriores constitui o Cocontratante na obrigação de proceder à sua reposição pelo valor existente antes dessa mesma execução, no prazo de 15 (quinze) dias após a notificação do Contraente Público para esse efeito.

27.6 A caução prestada só poderá ser liberada pelo Contraente Público, no prazo máximo de 30 (trinta) dias contados da data de conclusão de todas as fases do contrato e desde que estejam realizadas todas as obrigações do Cocontratante.

27.7 A caução a que se referem as cláusulas anteriores é liberada nos termos do artigo 295.º do Código dos Contratos Públicos.

28 SEGUROS

28.1 Além da contratação dos seguros exigidos por lei relativos à atividade desempenhada é, ainda, da responsabilidade do Cocontratante a cobertura, através de contrato de seguro, dos riscos inerentes à atividade objeto do contrato a celebrar.

28.2 O Contraente Público pode, sempre que entender conveniente, exigir prova documental da celebração dos contratos de seguro referidos no número anterior, devendo o Cocontratante prestá-la no prazo de 10 (dez) dias.

29 DISPOSIÇÕES FINAIS

29.1 FORÇA MAIOR

29.1.1 Não podem ser impostas sanções contratuais ao Cocontratante, nem é havida como incumprimento, a não realização pontual das prestações contratuais a cargo de qualquer das partes que resulte de caso de força maior.

29.1.2 Para efeitos do contrato, só são consideradas de força maior as circunstâncias que, cumulativamente e em relação à parte que as invoca:

- a) Impossibilitem o cumprimento das obrigações emergentes do contrato;
- b) Sejam alheias à sua vontade;
- c) Não fossem por ela conhecidas ou previsíveis à data da celebração do contrato;
- d) Não lhe seja razoavelmente exigível contornar ou evitar os efeitos produzidos por aquelas circunstâncias.

29.1.3 Não constituem força maior, designadamente, quando aplicáveis:

- a) Circunstâncias que não constituam força maior para os subcontratados do Cocontratante, na parte em que intervenham;
- b) Greves ou conflitos laborais limitados às sociedades do Cocontratante ou a grupos de sociedades em que este se integre, bem como a sociedades ou grupos

de sociedades dos seus subcontratados;

- c) Determinações governamentais, administrativas ou judiciais de natureza sancionatória, ou de outra forma resultantes do incumprimento pelo Cocontratante de deveres ou ónus que sobre ele recaiam;
- d) Manifestações populares devidas ao incumprimento pelo Cocontratante de normas legais;
- e) Incêndios ou inundações com origem nas instalações do Cocontratante cuja causa, propagação ou proporções se devam a culpa ou negligência sua ou ao incumprimento de normas de segurança;
- f) Avarias nos sistemas informáticos ou mecânicos do Cocontratante não devidas a sabotagem;
- g) Eventos que estejam ou devam estar cobertos por seguros.

29.1.4 A parte que invocar caso de força maior deve comunicar e justificar tal situação à outra parte, logo após a sua ocorrência, bem como informar o prazo previsível para restabelecer o cumprimento das obrigações contratuais.

29.1.5 Sem prejuízo do disposto na cláusula 29.1.6, a suspensão, total ou parcial, do contrato fundada em força maior, determina a prorrogação dos prazos de cumprimento das obrigações contratuais afetadas pelo período de tempo comprovadamente resultante da força maior.

29.1.6 A suspensão, total ou parcial, do cumprimento pelo Cocontratante das suas obrigações contratuais fundada em força maior, por prazo superior a 30 (trinta) dias, autoriza o Contraente Público a resolver o contrato ao abrigo do n.º I do artigo 335.º do Código dos Contratos Públicos, não tendo o Cocontratante direito a qualquer indemnização.

29.2 DEVERES DE INFORMAÇÃO

29.2.1 Cada uma das partes deve informar a outra de quaisquer circunstâncias que cheguem ao seu conhecimento e possam afetar os respetivos interesses na execução do Contrato, de acordo com a boa-fé.

29.2.2 Em especial, cada uma das partes deve avisar de imediato a outra de quaisquer circunstâncias, constituam ou não força maior, que previsivelmente impeçam o cumprimento ou o cumprimento tempestivo de qualquer uma das suas obrigações.

29.2.3 No prazo de 10 (dez) dias após a ocorrência de tal impedimento, a parte deverá informar a outra do tempo ou da medida em que previsivelmente será afetada a execução do contrato.

29.3 COMUNICAÇÕES E NOTIFICAÇÕES

29.3.1 Salvo quando o contrário resulte do contrato, quaisquer comunicações entre o Contraente Público e o Cocontratante relativas ao contrato devem ser efetuadas através de carta registada com aviso de receção ou por correio eletrónico, para os contatos a identificar no contrato.

29.3.2 Qualquer alteração das informações de contrato constantes do contrato deve ser comunicada à outra parte.

29.3.3 Qualquer comunicação feita por carta registada é considerada recebida na data em que for assinado o aviso de receção ou, na falta dessa assinatura, na data indicada pelos serviços postais.

29.3.4 Salvo o disposto no n.º 2 do artigo 469.º do CCP, qualquer comunicação feita por correio eletrónico é considerada recebida na data constante do respetivo recibo de receção e leitura remetido pelo recetor ao emissor.

29.4 FORO COMPETENTE

Para resolução de todos os litígios decorrentes do contrato fica estipulada a competência do Tribunal Administrativo e Fiscal de Loulé, com expressa renúncia a qualquer outro.

29.5 CONTAGEM DOS PRAZOS

Os prazos previstos no presente caderno de encargos são contínuos, correndo em sábados, domingos e dias feriados, aplicando-se à contagem dos prazos as demais regras constantes do artigo 471.º do CCP.

29.6 LEGISLAÇÃO E NORMATIVOS APLICÁVEIS APLICÁVEL

29.6.1 No âmbito da execução do presente contrato, aplica-se o Código dos Contratos Públicos, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, na sua redação atual, assim como a demais legislação portuguesa aplicável.

29.6.2 Para além dos diplomas legais referidos neste Caderno de Encargos, fica o Cocontratante obrigado ao pontual cumprimento da demais legislação, nomeadamente a legislação nacional e da União Europeia, quanto à realização de Auditorias e Inquéritos por Organismos Nacionais e Europeus e a regulamentação que se encontre em vigor durante a vigência do contrato e que se relacionem com as atividades a desenvolver, designadamente os princípios e valores decorrentes do Código de Ética da AdA.

29.6.3 A AdA pode, em qualquer momento, exigir ao Cocontratante a comprovação do cumprimento das disposições legais e regulamentares aplicáveis.

29.7 AVALIAÇÃO DE FORNECEDORES

A AdA, atualmente certificada pela norma NP EN ISO 9001 (Sistema de Gestão da Qualidade), possui uma metodologia para a Avaliação dos Fornecedores, de forma a garantir que os mesmos sejam avaliados e monitorizados e que seja efetuado um acompanhamento para melhorias futuras.

29.8 AGRUPAMENTOS COMPLEMENTARES DE EMPRESAS E CONSÓRCIOS

29.8.1 As empresas que se associem para a execução desta Aquisição de Serviços deverão obrigatoriamente constituir-se em Agrupamento Complementar de Empresas (ACE) ou associar-se em consórcio externo em regime de responsabilidade solidária, observadas as disposições legais portuguesas sobre tais matérias, antes da celebração do contrato.

29.8.2 Em qualquer caso, o ACE ou o consórcio será solidariamente responsável perante a Contraente Pública pela execução completa e total do contrato.

29.8.3 O ACE ou o consórcio designará, na fase de concurso, quem será o único interlocutor perante a Entidade Adjudicante. A designação do interlocutor não inibe as empresas associadas da sua responsabilidade solidária.

ANEXO I

PROJETO DE EXECUÇÃO

- Anexo I.1 - Lote 1, Revisão do Projeto de Execução do Reforço do Abastecimento de Água no Algarve – Solução de Tomada de Água no Pomarão;
- Anexo I.2 - Lote 2: Revisão do Projeto de Execução da Otimização de Escoamento entre o Reservatório Inicial - Ocidental e o Reservatório Final;
- Anexo I.3 - Lote 3 A: Revisão dos Projetos de Execução de Infraestruturas de Elevação e Adução de Água para Reutilização (ApR) – ETAR de Vilamoura;
- Anexo I.4 - Lote 3 B: Revisão dos Projetos de Execução de Infraestruturas de Elevação e Adução de Água para Reutilização (ApR) – ETAR de Albufeira Poente;
- Anexo I.5 - Lote 3 C: Revisão dos Projetos de Execução de Infraestruturas de Elevação e Adução de Água para Reutilização (ApR) – ETAR da Quinta do Lago.

ANEXO II

CÓDIGO DE CONDUTA PARA FORNECEDORES